

Concepção social e olhar local como base para uma formação jornalística de caráter humanístico e cidadão

Gibran Luis Lachowski

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

prof.gibranluis@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o arcabouço teórico e o conjunto de metodologias que sustentam e possibilitam o desenvolvimento de uma perspectiva pedagógica no curso de Comunicação Social (habilitação Jornalismo) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) campus de Alto Araguaia, na região Centro-Oeste brasileira, baseada na potencialização de um enfoque local e de caráter social. Busca-se expor de que modo concepções de educação, comunicação e jornalismo se alinham no intuito de assegurar uma formação acadêmica pautada pela leitura crítica da realidade,

pelo protagonismo sócio-histórico, pela dimensão humanística do conhecimento e pelo amadurecimento de uma cultura de promoção dos interesses públicos e coletivos. Demonstra-se como essa plataforma teórica se viabiliza a partir de técnicas de ensino aplicadas a disciplinas ligadas à conceituação e produção noticiosa, incentivando os universitários a aumentarem o interesse e a compreensão quanto às lógicas de funcionamento dos locais onde vivem, inserirem-se nesta realidade e atuarem de maneira a diminuir o desequilíbrio simbólico entre os atores sociais que constituem a cidade.

Palavras-chave: jornalismo de concepção social, olhar local, comunicação dialógica, aprendizagem colaborativa, formação humanística.

Social conceiving and local view as bases for a journalistic education with a humanist and citizenship character

Abstract

The purpose of this paper is to present the theoretical outline and a set of methodologies that sustain and enable

the development of a pedagogical perspective at the Social Communication School (precisely Journalism) of the

University of the State of Mato Grosso (Unemat), in the city of Alto Araguaia, Central West Region of Brazil, based on the valorization of a local view and a social character. Seeks to expose how concepts of education, communication and journalism line up in order to ensure an academic formation guided by critical reading of reality, social historical protagonism, the humanistic dimension of knowledge and by the maturity of a culture of promotion of public and

general interests. Shows how this theoretical base is made possible from teaching techniques applied to subjects linked to the news's conceptualization and production, encouraging college students to increase interest and comprehension regarding the logical functioning of the places where they live, insert themselves to this reality and act in order to reduce the symbolic imbalance among social actors that forms part with the city.

Keywords: social conceiving journalism, local view, dialogical communication, collaborative learning.

É COMUM observar na atualidade que as concepções prevalentes de educação e comunicação expostas publicamente, em meios midiáticos e em espaços educacionais, estão contaminadas pelo viés utilitarista, mercadológico, algo decorrente da força que o capitalismo ainda sustenta e potencializa via processos de globalização. Difunde-se cotidianamente a ideia de que “educação boa” é a que garante “destacada colocação no mercado de trabalho”, possibilita formação universitária como maneira de ascender economicamente, tornar-se “elite pensante do país”, ter possibilidade de adquirir bens de consumo e até mesmo ostentar tal condição.

Essa formulação está presente nos discursos e práticas de escolas de segundo grau, que já se voltam à preparação de seus alunos para o crivo que lhes garantirá ou não condições de passar à fase universitária ou técnico-profissional (vestibular tradicional e, também, no caso do Brasil, o Enem¹, que privilegia uma avaliação mais humanística que tecnicista). Por conta disso, abunda o ensino estilo “cursinho preparatório”, com vistas a adequar o estudante a um modelo.

Também na academia o discurso de prosperidade econômica possui espaço ressaltado, submetendo conhecimentos e objetivos a um arcabouço

1. O Exame Nacional do Ensino Médio é organizado e realizado pelo Ministério da Educação do Brasil e se destina a estudantes que terminam o segundo grau e querem ingressar numa universidade pública estadual, federal ou instituto de tecnologia.

mercantilista. Pauta-se pelo custo-benefício, no aspecto tecnológico, no campo dos investimentos, no segmento da profissão a ser escolhido. Pela lógica da oferta e da procura, que serve de justificativa para a modulação do nível de qualidade de vida das pessoas. Por uma concepção utilitarista, cumulativa, excludente e não-histórica, que potencializa concentrações de terras a partir de aplicações científicas, sustenta ideologicamente colonizações centenárias, criminaliza reações sociais e remete problemas de injustiça econômica à responsabilidade única dos governos.

Já quanto à comunicação, também se percebe a tentativa de se propagar uma concepção reducionista, transmissiva, arraigada a um *neobehaviorismo* e à potencialização das teorias dos efeitos dos meios midiáticos, entre elas a do agendamento e a da rotinização produtiva, com tendência a um controle social, moldando responsabilidade social sob o esmerilho da notícia-mercadoria e impondo-se como uma enviesada e contemporânea “vista da nação”, numa referência às avessas a Rui Barbosa (1990, p. 21-22).

Para o pensador brasileiro, a imprensa correspondia a um instrumento de aguçada acuidade, capaz de, ao mesmo tempo, mostrar e explicar o que se passava na sociedade, de positivo e negativo, apresentando suas razões e consequências. Tinha a função de chamar a atenção da população, instigar-lhe a criticidade, colocá-la em prontidão e com condições de se mobilizar diante de desvios de conduta, sobretudo se de afetação pública. Uma imprensa degenerada, omissa diante de malfazejos ou de uma justiça seletiva, conivente, causava sérios problemas de visão social, tamanha sua importância no curso da vida coletiva.

As considerações de Barbosa foram feitas na década de 1920, quando não existia no Brasil televisão nem rádio. Portanto, devem ser enxergadas sob a realidade contemporânea, em que imprensa deve ser ampliada para conjunto de meios midiáticos, incluindo as iniciativas via *internet*. Nesse sentido, ainda que haja atualmente uma quantia bem maior de veículos de comunicação e que a função jornalística seja cada vez mais multifacetada, apesar da polarização entre as dimensões mercadológica e social, o discurso de “vista da nação” permanece vivo, sendo transcrito a partir de outros termos, como o conhecido “quarto poder”, inúmeras vezes sendo não mais que um *slogan*.

Nesse sentido, conglomerados de veículos e universidades associadas a um pensamento adesista buscam massificar a compreensão de que o jeito de se trabalhar profissionalmente e o modo de se viver\existir modificaram-se em essência, sendo necessário adequar-se para sobreviver e\ou prosperar. Efetua-se, assim, o que se pode chamar de “obrigatoriedade de inclusão tecnológica”.

Diante dessas concepções enviesadas, entende-se que é preciso, sobremaneira a partir do campo de atuação profissional, questioná-las e contestá-las de forma contundente e, simultaneamente, apresentar outros modelos de percepção e lida com a realidade.

Tal atuação se funda numa *práxis* que leva em conta a educação como meio de libertação, autonomia, protagonismo e transformação social. Subentende a comunicação enquanto ampla arena de sentidos, processo democrático e dialógico, visibilização de manifestações culturais de setores marginalizados da sociedade, busca de comunhão de consciências.

Enxerga o jornalismo como instrumento narrativo pautado pelo interesse público, verdade no relato dos fatos, cultivo da autocritica e – por meio da concepção social –, potencialização de múltiplas vozes, principalmente das fontes de informação não-oficiais.

É o que se busca fazer e apresentar neste artigo ao se partilhar a perspectiva pela qual se intenta desenvolver o curso de Comunicação Social (habilitação Jornalismo) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)*campus* de Alto Araguaia, município com 15,6 mil habitantes (conforme Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de 2010)² e situado a cerca de 400 km da capital (Cuiabá), Mato Grosso, na região Centro-Oeste do país.

Esse arcabouço teórico serve de base para a valorização do ambiente local em que se vive, se trabalha e se estuda, ou seja, Alto Araguaia (com extensão para a vizinha Santa Rita do Araguaia, no estado de Goiás, separada apenas por uma ponte sobre o rio Araguaia), com sua dinâmica diária, história, cultura, aspectos econômicos e políticos.

2. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510030>. Acesso em 17/05/2013.

A cidade (e também Santa Rita, com 6,9 mil habitantes, de acordo com Censo 2010 do IBGE³) como um todo passa a ser entendida enquanto sala de aula, gerando a realização de atividades acadêmicas que destoam do formato convencional e\ou ressignificam cenas escolares tradicionais, o que se faz, principalmente, com turmas do 2º ao 4º semestre, envolvendo disciplinas ligadas à conceituação de notícia e ao processo noticioso.

O ambiente local

Para se entender melhor de que ambiente local se fala, seguem-se características gerais dos dois municípios, incluindo as relativas a seus meios midiáticos (nos quais se concentra mais detidamente, como se verá). Alto Araguaia tem o setor econômico movimentado em considerável parcela por um terminal rodoferroviário de carga de grãos – implantado em 2003, na margem da BR-364, mesma via que cruza seu centro urbano e o do vizinho –, que faz ligação com o porto de Santos (SP) para escoamento de safras ao exterior. Mato Grosso é reconhecido nacionalmente e possui projeção internacional pela força no agronegócio, principalmente na produção de soja.

A administração pública local difunde a ideia de que a instalação do empreendimento aumentou sensivelmente a população da cidade⁴, aquecendo ramos como o de moradia, alimentação e serviços. A fixação desde 1991 de uma unidade da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) no município – hoje na condição de *campus*, com cursos de Letras, Comunicação Social e Computação – amplia a movimentação social, cultural e econômica. O cenário político de Alto Araguaia se compõe de 14 partidos, todavia há prevalência de

3. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=521940>. Acesso em 17/05/2013.

4. Pelo Censo de 2000 do IBGE Alto Araguaia tinha 11.410 habitantes, ou seja, 37,3% a menos que o de 2010. Não se pode, no entanto, atribuir o aumento unicamente à instalação do terminal rodoferroviário, que ocorreu em 2003. Conferir dados do Censo 2000 em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_mato_grosso.pdf. Acesso em 18/05/2013.

antigas famílias (como Maia e Niedermeier). Isso dá às relações de poder certo ranço de passado colonial.

Santa Rita do Araguaia possui características mais fortes de ambiente rural, com menor volume comercial, maior presença da agricultura e pecuária na economia. Em razão de uma estrutura pública de menor proporção, é comum moradores recorrerem aos serviços de saúde e educação de Alto Araguaia e efetuarem compras na cidade vizinha. No que diz respeito à política, Santa Rita também guarda relações de poder marcadas por ranço colonial. Apesar disso, o prefeito da gestão passada – Carlos Salgueiro (PSD), integrante de uma das famílias mais antigas do município – não conseguiu a reeleição. Hoje o prefeito é João Batista (PSDB), jornalista formado pela Unemat.

Quanto à mídia local, resume-se aos veículos existentes em Alto Araguaia, com repercussão em Santa Rita também. Corresponde atualmente, maio de 2013, a uma emissora de TV – *Integração* –, uma de rádio, *Aurora FM* (99,7) e três sites – *Jornal ComTexto*⁵, *André da FM*⁶ e *TVInet*⁷. Não há circulação de jornal (impresso) ou revista nos dois municípios.

O *TVInet* é o site da TV *Integração* (sede em Alto Araguaia, canal 11, também assistida em Santa Rita, sendo a única de origem e abrangência local nos dois municípios). A emissora faz parte dos quadros da *Rede Record*, que em Mato Grosso tem como afiliada a *TV Gazeta*. Traz, no geral, vídeos já veiculados no programa *Araguaia no Ar*, único jornalístico da grade da *TV Integração*, que é transmitido de segunda-feira à sexta-feira, das 12h às 13h, e tem edição noturna (resumo das matérias do primeiro horário e alguns adendos). A *TV Integração* tem em sua grade outro programa, de entretenimento, o *Sábado da Gente*, que passa nas manhãs de sábado.

O *Jornal ComTexto* remanesceu do jornal *Notícia Agora* (que deixou de circular) e foi criado em fevereiro de 2004. Seu editor-chefe, o mesmo que empreendia o impresso, é o jornalista Ivon Ribeiro – formado em Comunicação na Unemat de Alto Araguaia – e a página eletrônica traz material informativo e

5. <http://www.jornalcontexto.com.br>

6. <http://www.andredafm.com.br>

7. <http://www.tvinet.com.br>

opinativo (artigos), distribuído em diversos tipos de assunto (ligados ao dia a dia de Alto Araguaia e Santa Rita, com destaque para política, economia, polícia\segurança e agricultura).

O *André da FM* foi inaugurado em 2008 e tem à frente Carlos André de Freitas – mais conhecido como *André da FM*, por conta de sua atuação como locutor da *Rádio Aurora FM*. O veículo diz, institucionalmente, informar e fornecer subsídios ao público para que possa julgar a realidade ao seu redor, estimulando o exercício da cidadania.

A *Rádio Aurora FM* tem um programa jornalístico de segunda à sexta-feira, das 11h às 12h, o *Jornal da Aurora*, com vários quadros de fora da cidade, como comentários de articulistas de Brasília e pronunciamentos do governo do estado. O material local caracteriza-se por entrevistas com autoridades e entidades ou pessoas que realizam eventos de interesse coletivo. A rádio funciona 24 horas por dia e conta, em sua maioria, com programas musicais, privilegiando o estilo sertanejo. Também há espaço para atrações religiosas e esportivas. Aos sábados a emissora fica no ar da 01h às 23h; tem das 11h às 13h um programa de comentários gerais (*Opinião livre*). Aos domingos a programação também se estende da 01h até as 23h e o enfoque maior é nas músicas.

O conteúdo jornalístico dos referidos veículos pode ser classificado, de modo homogêneo, como com forte viés local e de angulação oficial-institucionalizada, reforçando relações tradicionais de poder estabelecido. Essas constatações têm por base, sobremaneira, pesquisa em curso, de caráter exploratório, sobre o cenário noticioso de Alto Araguaia e Santa Rita, que se concentrou nos três *sites*, pela proximidade com a conformação jornalística e a facilidade na captação de dados.

O estudo se funda em sete critérios (três relativos às características do jornalismo na *internet* – multimídia\convergência, hipertextualidade e interatividade) e quatro de ordem panorâmica (que mais nos interessam aqui). São eles: origem geográfica (circunscrição da notícia), temas, fontes de informação e origem produtiva (autoria do material divulgado). Dados colhidos durante um mês seguido (junho de 2012) indicam o que se vê abaixo.

Quanto à origem geográfica, as informações coletadas apontaram para um noticiário que valoriza os acontecimentos locais (relacionados a Alto Araguaia e

Santa Rita, com 62,58% dos registros), dando menor importância às instâncias de nível estadual (18,18%), internacional (11,18%) e nacional (8,04%). Na primeira subdivisão, larga margem de distância entre Alto Araguaia (72,62%) e a vizinha (22,34%), seguindo raciocínio dado pelos tamanhos das populações, presença de aparelhos públicos, força empresarial e articulação civil. Ainda houve notícias mencionando as duas (5,02%).

Em relação aos temas, o enfoque local pode ser dividido em três grandes editoriais, a saber, *Assuntos Variados* (66,99%, envolvendo subeditorias como *Cidades*, *Cultura*, *Polícia* e *Esporte*, com acidentes de trânsito, assaltos, divulgação de eventos, realização de protestos), *Política* (31,27%; discursos e ações de vereadores e do executivo municipal) e *Economia* (1,67%; comércio local).

Fontes de informação: implícitas (sem menção direta a quem repassou os dados); genéricas (sem especificação – “organizadores do encontro”); em *off* (“fonte segura”); e explícitas (na maioria oficiais – secretários, chefes de repartições, responsáveis por corporações policiais, pré-candidatos, vereadores, presidentes de partidos e prefeitos –, com menor espaço para sindicatos, dirigentes patronais e médios empresários, assim como para pessoas inseridas no contexto noticioso pelo envolvimento individual com um acontecimento – preso em flagrante, marido de mulher que morreu em mesa de cirurgia).

No que diz respeito à origem produtiva: “matérias feitas pelo *site*“, com assinatura explícita, atingiram 78,21%; material confeccionado por assessorias de imprensa, sobretudo das prefeituras, 15,64%; pressupostamente por colaboradores ou assessorias, sem associações de autoria com órgãos e pessoas indicadas nos textos, 4,46%; e origem atribuída a outro veículo, 1,67%.

Educação

Em oposição a um paradigma tecnicista, reprodutivo e mercadológico, trabalha-se na Unemat – no que tange às disciplinas voltadas à concepção de notícia e ao processo noticioso – com a perspectiva de que educação significa um processo crítico de apreensão e transformação da realidade, aberto a múltiplos

modos de saber. Trata-se de enxergar a educação como dimensão que desperta a criatividade, a autonomia e o senso de comunidade\solidariedade da pessoa, no sentido de que ela seja estimulada a protagonizar sua história, sentir-se sujeito de direitos e deveres sociais, corresponsável pelo estado de coisas que a cerca.

Educar, desse modo, compreende fazer uma leitura de mundo e tomar posição diante das forças sociais que lhe incidem, o que, dentro de uma atuação inspirada pelos princípios da pedagogia popular, aponta para a denúncia das injustiças, desigualdades e seus mecanismos de colonização mental.

Nesse aspecto, os conteúdos das disciplinas das matrizes curriculares – com suas visões de mundo e técnicas – correspondem a instrumentos que possibilitam trilhar caminhos caracterizados pelo ensino-aprendizagem dialógico, de forte cunho humanístico, democrático, de respeito à alteridade, estímulo à autonomia, à cooperação e à coprodução de conhecimento. “Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico” (FREIRE, 2005, p. 28).

O pedagogo, que pautou sua vida pela defesa de uma educação popular, arraigada aos costumes, tradições e modos de leitura de mundo das populações de baixa renda do Brasil, não dissociava o ensinar do aprender (do-discência), entendendo as duas instâncias como inseparáveis.

Tal postura educativa se torna possível numa ambiência de aprendizagem colaborativa, que ressalta a produção coletiva dos conhecimentos, a multidisciplinaridade e um funcionamento heterárquico, no qual os estudantes desempenham um comportamento “ativo\participativo, cooperativo, interativo, criativo, com autonomia de busca e expressão, comprometimento\envolvimento” (CARÊS; TENTOR, 2004, p. 23).

Esse modelo horizontalizado de educação exige do professor também uma conduta adequada, para causar questionamentos, possibilitar diálogos e interações, provocar indagações temporárias e ressaltar a provisoriedade nas certezas, registrar experiências em coautoria (professor e aluno, aluno e aluno) (CARÊS; TENTOR, 2004, p. 23).

Comunicação

De um lado, essa concepção educativa tem laços com uma perspectiva de comunicação entendida como ampla arena sociocultural onde circulam, colidem, se constroem e se reestruturam produções de sentidos que permeiam a vida na sociedade, mesmo dentro de condições de fluxo bastante concentradas – monopólicas e oligopólicas – e de reforço do campo da emissão, difusores de consumismo, individualismo e tecnicismo (KELLNER, 2001).

De outro, trabalha com a essência de que comunicação compreende comunhão de consciências, o que subentende sintonia de pensamento e sentimento, levando em conta procedimentos técnicos, ideários e percepções espirituais. Esse sentido tem a ver com a etimologia da palavra, que advém do latim *communicatio* e do universo do cristianismo antigo (aproximadamente a partir do século IV).

O cotidiano eclesiástico caracterizava-se pela contemplação e pelo isolamento, necessários para conhecer Deus, mas tinha interpretações diferentes. Uma tendência monástica, a dos anacoretas, a compreendia como solidão, conduta individual. Outra, a dos cenobitas, percebia Deus na vida em comunidade intramonastério, expressa fundamentalmente no momento da ceia da noite – ato de comunhão com os outros e não só o ato de comer –, denominada de *comunnitio*, quando se reuniam aqueles que estavam isolados (MARTINO, 2007, p. 13).

Balizando-se dessa maneira, ainda que se expanda em vários sentidos – relação com alguém, emissão de ideia, troca de pensamentos, uso de tecnologia, mensagem em si, arquitetura como via de circulação, saber acadêmico –, comunicação passa a ser uma matriz de compreensão, próxima ou alusiva à comunhão, ao diálogo e não à transmissão, ao unidirecionalismo, ao individualismo.

Por conta desse entendimento midiático e dessa utopia, defende-se que o campo da comunicação adquira, gradativamente, uma estrutura demarcada pela democracia de circulação, estímulo e acolhida de pontos de vista menos conhecidos, organização processual que respeite limites, características, diferenças e busque viabilizar novos meios de transmissão, produção, recepção, edição, reverberação, devolução, reconfiguração.

Trata-se de constituir “uma outra comunicação possível”, expressa por modalidades como a *popular*, a *alternativa*, a *anti-hegemônica*, com o intuito de edificar um novo paradigma para o setor, em termos de políticas públicas. Esse movimento é visivelmente presente na América Latina hoje em dia, sendo importante destacar algumas medidas em curso, entre elas as que possibilitam “modelos de gestão e financiamento públicos de comunicação; propiciam acordos de cooperação e coproduções entre países e blocos regionais; intensificam redes culturais comunitárias; promovem a socialização dos conhecimentos técnicos e tecnológicos” (MORAES, 2011, p. 169).

Esse movimento tem maior força em alguns países latinos, como a Venezuela, a Argentina, a Bolívia e o Equador, onde seus governos centrais encamparam o desafio de transformar a comunicação midiática numa esfera com maior presença do interesse público, desde a organização legal do espectro até sua base ideológica.

No primeiro, iniciou-se uma alteração representativa no setor a partir de 2001, quando o então presidente venezuelano, Hugo Chávez, sofreu um golpe de estado, foi sequestrado e por pouco não foi assassinado, em iniciativa que contou com parcela do oficialato do país, a fatia mais rica dos comerciantes e industriais, a maioria dos veículos de comunicação e teve apoio da CIA – agência de inteligência do governo dos Estados Unidos (ROVAI, 2007).

Uma comoção popular estimulada por lideranças de bairros periféricos e movimentos sociais, veículos de comunicação comunitários e membros do exército nacional recolocou o governante no poder e iniciou um processo de alteração no quadro midiático da Venezuela. A aprovação em 1999 da Constituição Bolivariana – diretrizes de um socialismo adaptado às condições sociais e históricas do país latino – deu mais força institucional a Chávez para investir na criação e no fortalecimento das esferas pública e estatal de comunicação.

No caso da Argentina, a aprovação da *Ley de Medios*, em 2009, garantiu à presidenta Cristina Kirchner condições de diminuir a concentração de poder nos meios midiáticos. Auxiliou no enfrentamento ao monopólio do papel impresso (para jornal) – disputa ainda em curso –, na abertura e criação de espaço comunicacional para populações tradicionais, como várias etnias indígenas. Depois disso aumentaram as críticas contra o governo por parte de veículos de

maior audiência, a governante passou a ser qualificada de autoritária e a situação ganhou repercussão internacional.

Os governos da Bolívia e do Equador também se esforçaram para implementar alterações institucionais no campo da comunicação midiática, assegurando e ampliando nos meios comunicação o espaço de populações tradicionais (geralmente etnias indígenas), movimentos sociais e sindicatos, assim como criando veículos estatais para se contrapor aos privado-comerciais.

No Brasil, maior país da América Latina e detentor de um dos maiores parques midiáticos do mundo, ainda não há sinais significativos de questionamento quanto ao modelo oligopólico e mercantilista das comunicações. Nos últimos 10 anos, com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do governo, ocorreram poucos avanços estruturais e que não foram suficientes para se colocar na agenda pública a importância de um marco regulatório para o setor, que tende cada vez mais à convergência dos meios, podendo também a “via virtual” adquirir sérias características de concentração caso o assunto não passe por um forte debate e tenha drásticas mudanças.

O Ministério das Comunicações concentra-se no *Plano Nacional de Banda Larga*, para garantir a universalização do acesso à *internet*, mas enfrenta resistência do empresariado do setor quando se trata de implantar infraestrutura para chegar até os rincões do país, com população de menor renda.

Um volumoso conjunto de propostas (633) foi aprovado na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (*Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital*), ocorrida em dezembro de 2009, em Brasília, com a presença de 1.684 delegados dos 26 estados do país e do Distrito Federal, do executivo e legislativo federal, sociedade civil e empresariado, contudo as proposições não se transformaram em leis.

No evento foram colocadas proposições já levantadas nas conferências municipais, estaduais e regionais, como a revisão das concessões de tv e rádio, a intensificação da criação de meios comunitários, a formação de um conselho nacional de Comunicação e de observatórios sociais⁸. O conglomerado midiático

8. http://www.mc.gov.br/servicos/apresentacoes/doc_download/480-caderno. Acesso em: 19/05/2013.

do país, representado pela *Rede Globo*, o *Grupo Bandeirantes*, o *SBT*, a *Rede TV*, o *Grupo Abril*, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, segue a ecoar o discurso de que a regulação das comunicações é um atentado à liberdade de expressão.

Jornalismo

No universo noticioso é o jornalismo de concepção social que abarca uma *práxis* dialógica, de contestação ao *status quo* e potencializador de um outro paradigma de humanidade. Essa perspectiva, não prevalente, se desdobra em diversos termos jornalísticos, entre eles o *cívico*, o *público*, o *interiorano*, o *comunitário*, o *alternativo*, o *anti-hegemônico* e o *popular*. Contempla desde o entendimento de que o jornalismo, em si, parte, funciona e objetiva o interesse coletivo, até a leitura de que é preciso assumir o caráter militante.

Dentro do primeiro espectro, independentemente do sistema econômico e do regime político, destacam-se princípios profissionais que devem ser desenvolvidos em quaisquer veículos jornalísticos, como o interesse público, o direito fundamental à informação (contra a censura e a autocensura), a notícia como bem social (e não mercadoria descartável) e o estímulo à análise crítica quanto ao próprio trabalho dos jornalistas e meios midiáticos.

Ainda, o alargamento do rol de fontes de informação, a busca incessante pela verdade no relato dos fatos (além do jornalismo declaratório), a humanização da narrativa jornalística, o maior enfoque na comprovação da denúncia que em sua divulgação em primeira mão (para evitar o denunciismo). Alguns desses tópicos merecem comentário mais detido, por sua centralidade no trabalho jornalístico.

Sobre o direito fundamental à informação, este tópico, além de reconhecido constitucionalmente, inscreve-se no instrumento deontológico da categoria, em seu capítulo inicial, nos dois primeiros artigos. O artigo 1º, por exemplo, é explícito: “O *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros* tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação” (FENAJ, 2007, p. 1).

O artigo subsequente detalha que o direito fundamental à informação compreende conteúdos de interesse público e que o jornalista deve trabalhar para que os mesmos não sejam obstruídos. Isso subentende difusão informativa verídica – independentemente das diretrizes políticas dos veículos –, compromisso social e busca de informações junto às diversas esferas da sociedade, a saber, a pública, a privada e o terceiro setor (FENAJ, 2007, p. 1).

Portanto, fica explícito que é dever do profissional agir de modo a denunciar a censura ou evitá-la (autocensura), podendo, no primeiro caso, fazer comunicado à Comissão de Ética do sindicato ao qual está filiado ou ao estado da federação em que atua, tal qual também menciona o mesmo artigo 2º. Isso é reforçado pelo artigo 13 do Código, sobre a “cláusula de consciência”, que assegura ao jornalista não fazer cobertura que fira elementos apontados no citado instrumento deontológico ou suas próprias convicções (FENAJ, 2007, p. 2).

Apesar da nitidez do que expõe o Código e de sua justeza, sabe-se que do estagiário, passando pelo recém-formado, até os mais experientes, a lida com a notícia subentende várias dificuldades para que o direito à informação seja respeitado. São inúmeros os expedientes de censura que fazem parte do dia a dia das redações, dos sutis aos explícitos. Os mecanismos incluem: a linha editorial do veículo, que pode intimidar o desenvolvimento de algumas abordagens; a rotina produtiva, que força uma hierarquia de informações e enquadramentos para diminuir a possibilidade de erros, mas que desestimula a criatividade e a ousadia; a sugestão editorial para reduzir a intensidade nas críticas a determinados órgãos ou pessoas; a ordem expressa para não tocar mais num assunto específico.

Ainda assim, espera-se, o jornalista deve tentar “driblar” os expedientes de censura existentes nas redações. Uma das formas de se fazer isso é, enquanto repórter, se valer do fato de ser o profissional que está “na rua”, em campo, em contato pessoal com os entrevistados, vivenciando as situações jornalísticas, para convencer o editor da informação completa ou pelo viés, *a priori*, cerceado. Ainda nessa condição é possível, por ter conhecimento mais profundo sobre o assunto e saber do costumeiro excesso de tarefas do editor, aplicar um tom menos incisivo no material, espalhando os dados centrais em pequenas doses (parecido com o trabalho cifrado que se fazia na ditadura, que no Brasil estendeu-se oficialmente de 1964 a 1984). Por fim, também se pode repassar em silêncio a

outro veículo de comunicação a notícia vetada, o que hoje em dia, com a *internet*, tornou-se um meio extremamente tentador (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 36).

E tudo isso, ressalta o autor, para evitar ou diminuir a incidência da censura, sutil ou explícita, e, principalmente, a entronização da cultura da autocensura, que significa, mais que a primeira, uma violência simbólica, praticamente a conversão resignada do fazer jornalístico a uma espécie de anulação social, por medo de perder o emprego, ter o salário reduzido, ser colocado numa área de menor prestígio, receber a pecha de mau profissional, ficar isolado, sofrer ameaças e, em última instância, ser assassinado.

Quanto ao caráter crítico e reflexivo do jornalismo, destaca-se que um dos mais contundentes e sistemáticos mecanismos de controle social especializado da mídia no Brasil, o *Observatório da Imprensa*⁹, é fruto do entendimento de que o jornalismo corresponde a um meio público de se discutir a sociedade e estabelecer autocrítica quanto à própria produção e função jornalísticas (DINES, 1986).

Essa leitura social é defendida há décadas pelo autor, que teve importante contribuição na apresentação e inserção da figura do *ombudsman* em redações brasileiras. Dines estendeu o *Observatório* para emissoras de rádio e televisão, ajudando na popularização do jornalismo enquanto canal para a realização de debates de interesse público.

Em relação ao alargamento do rol de fontes de informação, uma série de elementos pressiona para o movimento contrário, ou seja, o congelamento ou até mesmo o achatamento. É da natureza do jornalismo funcionar sob imprevistos, situações fora de rotina, polêmicas, excessos de diversas ordens, e num ritmo de processamento (semiplanejamento, compreensão, captação, codificação, envio, retrabalho\retroalimentação...) que desafia a própria velocidade das ocorrências e seus desencadeamentos e, em outra ponta, força uma forma de fazer preventiva,

9. Mecanismo de controle social quanto à mídia jornalística, que funciona a partir da produção de materiais analíticos semanais em site e programa de tv (na TV Brasil, pública), agregados no portal <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>. Tem 17 anos de existência e surgiu como projeto do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

conservadora, para atestar veiculações seguras, com maior controle técnico, com menor possibilidade de erro, ainda que avence menos em inovação.

Também é muito forte a presença da institucionalidade em nossa concepção de mundo, organização de sociedade, o que se apreende, em muito, por meio de uma educação que se alterna entre tradicional e convencional, seja na escola, na universidade, na família, na igreja\templo\seita\ordem, no exército, no emprego (público ou privado) ou no grupo social. É compreensível, então, que o jornalista reproduza tal lógica, conservadora, expressa na valorização de fontes de informação oficiais e reduza o espaço ou não o reserve às não-oficiais. Isso faz com que a construção das mensagens jornalística se dê de modo fechado e a mesma seja divulgada de modo incompleto, priorizando um pólo e marginalizando (invisibilizando) outro.

No entanto, essas ponderações não devem estimular a estagnação quanto ao número de fontes, vez que o compromisso social, a busca do interesse público e da verdade no relato dos fatos correspondem a questões tão ou até mais essenciais. Nesse sentido, é necessário questionar o mapeamento informativo de inúmeros veículos, que se abastecem regularmente em órgãos públicos, pessoas de renome, autoridades políticas, econômicas, culturais, jurídicas, ampliando o cenário para fontes com posicionamentos diferentes e antagônicos – como eleitores, moradores de bairros de periferia, consumidores, trabalhadores de médio e baixo escalão, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes –, também importantes no contexto da notícia, mesmo que não sejam proeminentes ou não gozem de tratamento especial no meio jornalístico (TÓFOLI, 2008, p. 51-53).

Ainda dentro do jornalismo de concepção social, não-militante, ao menos não declaradamente, registra-se a menção às fontes não-oficiais, recurso até comum nos meios midiáticos, mas que ocorre com menor incidência, acento e inclusive de modo depreciativo (em datas comemorativas – fiéis em festas religiosas –, situações de caráter negativo – vítimas de acidentes, testemunhas de crimes –, enquetes com temas amenos – sobre desempenho da seleção brasileira de futebol – matérias destinadas a falar de celebridades).

Diferente desse enfoque, Ricardo Kotscho, repórter há mais de 40 anos, no intuito de criar um estilo de atuação e aplicar sua visão de jornalismo, passou a

se dedicar a pessoas comuns, anônimas, confeccionando reportagens específicas sobre elas ou dando ênfase ao contingente não-oficial em situações ou eventos previamente centrados em autoridades.

Exemplo disso é uma de suas incursões pelo centro velho de São Paulo na década de 80, em “dia fraco” para pauta factual, no qual, sob um olhar estrangeiro, passou pelo local à procura de novidade e diferença no cotidiano, encontrando “deficientes, desempregados, aposentados, indigentes, plaquistas, um sobrevivente *hippie*, engraxates, camelôs, vendedores de bilhetes, enfim, toda essa gente que quase nunca sai no jornal, mas também faz o dia a dia da cidade (JUNIOR e PONTE, 2010, p. 127), o que rendeu a ele e ao fotógrafo, Gil Passarelli, página inteira com onze fotos.

Essa sensibilidade jornalística, que deve constar de esforços pedagógicos em cursos universitários de Comunicação e Jornalismo, lida com uma realidade cada vez mais globalizada pelo mundo afora, e que decorre da desigualdade social, falta de oportunidades, preconceito/intolerância étnico e econômico, chamada de invisibilidade ou marginalização social, subjetiva. Encará-la, discuti-la, denunciá-la, entender suas raízes e meios de proliferação, assim como buscar sua superação/transformação é um dos requisitos embutidos no jornalismo de concepção social.

Reforçar o caráter oficial no jogo de fontes de informação jornalísticas significa cimentar *apartheid*, da mesma maneira que evitar adentrar nessa seara, porque “Outra forma da invisibilidade é aquela causada pela indiferença. Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos, eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis” (SOARES, 2005, p. 176).

Dentro do segundo espectro, de caráter militante, praticado principalmente em jornais de bairro, de sindicatos, de ongs, rádios e tvs comunitárias, *blogs* e *sites* de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, o jornalismo de caráter social compreende a ordem político-econômica capitalista e suas aplicações em níveis municipal, estadual, nacional e transnacional como raiz das desigualdades, violências e mazelas sociais.

Valoriza o protagonismo de moradores de bairro, vilas e cidades rurais, trabalhadores de baixa e média renda e minorias sociais. Estimula a ação

comunitária, engajada socialmente e com vistas à transformação de realidades tidas por injustas e opressoras. Amplifica denúncias, pontos de vista, reivindicações e comentários de cunho local, assim como busca, dependendo do arranjo profissional-militante, dar um caráter global às demandas, proposições, programas ideológicos e aos princípios mais recorrentes.

É preciso, nessa modalidade de jornalismo de concepção social, que o profissional abandone o distanciamento do ambiente relatado preconizado pela academia e assuma o lado mais fragilizado da situação, pois “O jornalista de um veículo comunitário deve enxergar com os olhos da comunidade. Mesmo que já pertença a ela, deve fazer um esforço no sentido de verificar uma real apropriação dos processos de mediação pelo grupo” (PENA, 2007, p. 188).

O mesmo ocorre com o *jornalismo interiorano*, iniciativa de viés comunitário, mas também de cunho econômico, no patamar de pequeno negócio, formalmente constituído, com comercialização, espaço para publicidade, venda de assinaturas e avulsa, existente em pequenos municípios do interior do país. Nele, o jornalista além de assumir o posicionamento da comunidade na confecção da narrativa noticiosa, torna-se, com ela, ativista, podendo ser inclusive liderança em seu meio, ao participar de mobilizações, protestos, abaixo-assinados. “O diretor e/ou o jornalista do periódico deve, também, participar ativamente de todas as atividades promovidas pela comunidade, ajudando a buscar soluções da forma como se fizer necessária” (DORNELLES, 2004, p. 131).

Outros aspectos presentes no *jornalismo interiorano* são o empenho em fazer levantamentos sobre as condições peculiares e a evolução das comunidades, mesmo sem metodologia científica e com poucos recursos financeiros. Os dados recolhidos referem-se ao tipo de solo, setor econômico, religiões, costumes, hábitos de higiene, serviços públicos, situação socioeconômica, quantia de propriedades, oferta e procura de emprego e opções de recreação.

Falando em *jornalismo cívico*, Traquina (2001) entende-o enquanto uma inversão de agenda social, que reprotagoniza a cena cotidiana, como se houvesse priorização das demandas do eleitorado em vez das propostas dos candidatos, dos apontamentos e reivindicações da comunidade e não das perspectivas da chegada de um grande empreendimento industrial na região.

O autor defende que os veículos precisam se aproximar da população, com o intuito de saber como incentivar sua participação efetiva com vistas a discutir questões de interesse comum, buscar projetos e soluções. Algumas iniciativas catalogadas: realização de pesquisas para saber o que mais afetam moradores de bairros ou regiões, socialização dos dados e encaminhamentos tirados em assembléias; promoção de encontros para discussão de demandas comunitárias; organização de painéis com especialistas em diversas áreas, como saúde e segurança, a pedido de moradores; publicação sistemática de opiniões e análises de cidadãos e profissionais.

Aprendizagem colaborativa

Sob esse arcabouço conceitual – educação, comunicação e jornalismo – é que se busca traçar táticas pedagógicas para o curso de Comunicação da Unemat. Essa investida se impõe com mais vigor na medida em que se nota que considerável parcela dos estudantes está submetida a uma noção padronizada no que tange à concepção de notícia e de critérios de noticiabilidade e à tendência de dar maior importância ao noticiário nacional e estadual, relegando os acontecimentos locais a um segundo plano.

Em sala de aula é comum alunos mencionarem em larga escala telejornais de emissoras abertas enquanto modelos de “bom jornalismo”, declararem que usam as redes virtuais sociais (*facebook*, principalmente) para repercutirem tais veículos e apontarem repertório restrito inclusive em relação a *sites* e *blogs*, geralmente ligados a uma mesma matriz ideológica (mercadológica).

Nesse sentido, uma série de atividades conexas com disciplinas da matriz curricular do curso é desenvolvida sob lentes locais no que tange ao fazer comunicativo e ao fazer jornalístico, produzindo uma ampliação da noção de sala de aula, visando a uma reflexão acerca das condições de acadêmico, cidadão e futuro profissional. Isso se dá principalmente com as disciplinas *Técnicas de Reportagens e Entrevistas* (2º semestre), *Reportagem e Redação I* (3º) e *Reportagem e Redação II* (4º).

A primeira traz na ementa do plano de ensino apontamentos basilares para a concepção jornalística: “Levar as\os estudantes a refletir sobre as técnicas de produção e execução de entrevistas no jornalismo, assim como apreender noções da profissão e sua relação com o interesse público” (LACHOWSKI, 2012, p. 1).

Reportagem e Redação I avança para um caráter mais centrado em procedimentos noticiosos, tais quais, conforme seu conteúdo programático, a pauta (“roteiro e ponto de partida para produção jornalística”), as fontes (“definições e tipos; questão de credibilidade; informações sigilosas: o *off the record*; a importância da checagem e da recheagem; o cruzamento de dados”) e o texto jornalístico (“objetividade, concisão, clareza e simplicidade; origem, função e técnicas de lead”) (LACHOWSKI, 2013, p. 1).

Reportagem e Redação II retoma procedimentos relativos à notícia e efetua a diferenciação entre gêneros informativo e interpretativo, afim de adentrar no terreno da reportagem jornalística.

As mencionadas atividades desenvolvidas sob lentes locais corresponde à comunicação\ao jornalismo de concepção social, porque reflexiva, com enfoque no indivíduo enquanto protagonista de sua história, na dimensão coletivo-solidária, na valorização do diálogo e da negociação (em vez da transmissão ou imposição). Também se liga à aprendizagem colaborativa, vez que as relações entre professor e estudantes se orientam pela construção do conhecimento via reciprocidade, na do-discência de Freire, respeitadas, obviamente, as condições e responsabilidades de cada instância.

Ainda quanto à aprendizagem colaborativa, tal perspectiva de ensino-aprendizagem se manifesta na tentativa de abalar o centro da ambiência educativa e a centralidade histórica do modelo expositivo de aula, pela realização de atividades em espaços externos à sala de aula e à universidade, como reuniões e coberturas jornalísticas em vários pontos da cidade. Esse tipo de investida corresponde à ampliação da noção de ambientes de aprendizagem, assim como de metodologias de aula, que confluem para as dinâmicas de grupo, mais propícias para pequenos conjuntos de pessoas, por conta da maior possibilidade de interação entre os componentes, conforme (CARÊS e TENTOR, 2004, p. 27).

Entre as inúmeras dinâmicas de grupo catalogadas pelas autoras, menciona-se algumas que são utilizadas nas disciplinas de cunho noticioso na Unemat, a

saber: a aula prática (laboratórios, oficinas, salas-ambiente), tempestade cerebral (produção livre de ideias seguida de síntese analítica), o ciclo de palestras, a conferência, o debate, a sucessão de diálogos, a discussão circular (rodadas de posicionamentos com vistas a um consenso), a discussão livre, a entrevista, a reportagem, a exposição, a investigação bibliográfica, a mesa-redonda, a reunião, e a visita.

Pautas e matérias sobre ambiente local

Atitude condizente com essa orientação vem ocorrendo com as disciplinas *Reportagem e Redação I* e *Reportagem e Redação II*, em que os acadêmicos são estimulados a abandonar o microcosmo noticioso da instituição onde estudam, fonte constante de pautas e matérias até 2012. Também, a enxergar as dinâmicas das cidades onde vivem (principalmente Alto Araguaia e Santa Rita, e em menor número Alto Taquari – a 63 km de distância da universidade – e Alto Garças – a 66 km).

Em parte, o apego ao ambiente universitário como espaço passível de acontecimentos noticiáveis foi estimulado pela própria docência, sob a intenção de facilitar a compreensão acerca de o que sejam critérios de noticiabilidade, “ganchos jornalísticos” e fontes de informação e garantir caráter concreto aos exercícios em vez de ceder ao expediente constante de inventar histórias em sala de aula para entender os conceitos e procedimentos técnicos.

A percepção de que o mergulho no microcosmo estava se tornando um meio mais fácil de desenvolver as atividades, distanciando os universitários da compreensão de interesse público em seu sentido mais amplo e contribuindo para que se apartassem da vida social local extramuros da Unemat foi fundamental para a mudança de rota no processo de ensino-aprendizagem.

Invariavelmente ainda se ouvem frases do tipo “Mas não existe pauta em Alto Araguaia”, “Não acontece nada nesta cidade, nem em Santa Rita”, contudo a realização de matérias de âmbito local, contatos com fontes de informação cujas vivências se dão fora da universidade e maior atenção às dinâmicas dos

municípios auxilia na diminuição da intensidade dessa espécie de apatia social, “cegueira jornalística”.

Abrindo um parêntese, acredita-se que o exercício pode contribuir com a formação de jornalistas que se sintam estimulados e com condições de atuar como postula Noblat (2008), investindo em pautas próprias, enxergando *releases* unicamente como possíveis sugestões, aguçando a sensibilidade para captar os detalhes do ambiente, das situações, dos trejeitos dos entrevistados e procurando perceber múltiplas ligações com os casos investigados.

Retomando o exercício, os assuntos levantados no ambiente local são veiculados na *Agência Júnior de Jornalismo, Focagen*¹⁰, que gradativamente se torna um espaço de visibilização dos materiais produzidos por estudantes de todos os semestres e não prioritariamente dos matriculados nos últimos períodos.

As pautas decorrem, no geral, de um processo de percepção estimulado em sala de aula que prioriza a reflexão sobre o que é interesse público e de que modo as ocorrências cotidianas locais se ligam a essa ideia, seja no formato de problemas sociais, ações comunitárias exemplares, vigilância sobre condutas de autoridades públicas e privadas, eventos de impacto na sociedade ou notícias estaduais e nacionais repercutidas na localidade. As ideias de matérias são expostas ao grupo de acadêmicos, em parte das vezes socializadas em roda, na pretensão de um ambiente heterárquico\ de horizontalização de poder (CARÊS e TENTOR, 2004), em que os ouvintes possam contribuir com sugestões de enfoque, fontes de informação e perguntas, e o professor faça o papel de mediador, estimulador.

Trabalha-se com o entendimento de que a pauta é um roteiro básico (com assunto, histórico\apresentação, enfoque, fontes, sugestões de perguntas e contatos) para a construção do material jornalístico pelo repórter (ERBOLATO, 2004).

Geralmente o plano de ação é feito pelo próprio pauteiro, com o intuito de incentivar sua autonomia de ação enquanto pessoa que saíra a campo para levantar informações. Insiste-se que o assunto seja “quente”, factual em vez de “frio”, atemporal (LAGE, 2002), ainda que a notícia ganhe dimensão pública –

10. <http://focagen.wordpress.com/>

pela veiculação –, em média, duas semanas depois, sendo uma para a pesquisa e elaboração da pauta e outra destinada à coleta de dados, redação, edição docente ao lado do acadêmico (às vezes com necessidade de mais ajustes) e publicação.

Assinala-se que essa fórmula (novidade com pequeno grau de perecibilidade) é encontrada na percepção de questões, situações e fatos de ordem local e interesse público, desde que inédito e atual (podendo ser recente ou não), o que compreende saber se o assunto já foi veiculado pela mídia de Alto Araguaia. Se a resposta é positiva, o material é vetado. A não ser que o estudante consiga apresentar um outro enfoque, ouvindo, de preferência, novas fontes de informação.

Também há pautas não aceitas, mesmo que ainda não divulgadas pelos veículos locais. São aquelas que trazem abordagens óbvias e repetitivas, como a programação e as atrações de uma festa de exposição rural. O intento é estimular a percepção de múltiplos enfoques para um mesmo fato e evitar o comodismo de enquadramentos superficiais.

As recentes matérias (publicadas até a segunda semana de maio de 2013) referem-se: à falta de plantão de drogarias nos fins de semana¹¹; reclamações de moradores em relação às precárias condições das ruas¹², equipamentos de lazer¹³ e órgãos públicos¹⁴; anúncio de reforma de hospital municipal¹⁵ e da

11. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/29/moradores-de-santa-rita-reclamam-da-falta-de-plantoes-de-drogarias/>. Acesso em: 22\05\2013.

12. <http://focagen.wordpress.com/2013/05/06/moradores-apontam-ineficiencia-de-operacao-tapa-buraco/>. Acesso em: 22\05\2013.

13. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/25/frequentadores-reclamam-de-falta-de-iluminacao-e-estrutura-precaria-do-parque-ecologico/>. Acesso em: 20\05\2013.

14. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/19/centro-de-atendimento-ao-turista-nao-funciona-por-falta-de-moveis/>. Acesso em: 20\05\2013.

15. <http://focagen.wordpress.com/2013/05/03/reforma-do-hospital-municipal-espera-homologacao-da-prefeitura-para-comecar/>. Acesso em: 20\05\2013.

passarela da ponte que liga as duas cidades¹⁶; principais empresas denunciadas por consumidores¹⁷; reivindicação de agentes prisionais de cadeia pública¹⁸.

Esse conjunto subentende, obviamente, deslocamento físico dos universitários-repórteres por Alto Araguaia e Santa Rita, fator primordial para afiar o “faro por notícia”, efetuando-se, em termos de aprendizagem colaborativa, o que Carês e Tentor (2004) chamam de “visitas”. Percebe-se com essa ampliação do universo noticioso, concentrado no ambiente local, enriquecimento do repertório informativo dos universitários acerca da dinâmica municipal, interesse pelos acontecimentos, lógicas e procedimentos que lhe são afetos enquanto moradores e potencialização quanto à dimensão da cidadania.

Também, um choque conceitual quanto à hierarquização dos dados e das fontes de informação, visto haverem correções estruturais nas primeiras versões dos textos – quando das atividades práticas (laboratório), de redação e edição acompanhada –, que geralmente trazem destaque para dados e posições emitidas por autoridades locais constituídas ou tidas como tais diante do contexto envolvido (prefeito, secretária municipal, proprietária, farmacêutica, assessoria de órgão público, delegado de polícia).

Como se trabalha com o jornalismo de concepção social, procura-se explicar por qual motivo é mais importante, por exemplo, iniciar uma das matérias ressaltando as reações dos leitores com o fim da venda de revistas pelo único estabelecimento que o fazia em Alto Araguaia, e não com a justificativa da proprietária. Assim também se procedeu com a falta de plantão das farmácias e drogas de Santa Rita nos finais de semana, explicando-se a razão de se destacar, primeiro, as reclamações dos moradores e não a posição das empresas.

16. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/17/passarela-da-ponte-alto-araguaiasantarita-fica-pronta-em-45-dias/>. Acesso em: 20\05\2013.

17. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/15/procon-de-alto-araguaia-registra-30-denuncias-por-semana/>. Acesso em: 20\05\2013.

18. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/25/unidade-prisional-de-alto-araguaia-tem-um-agente-para-15-detentos-2/>. Acesso em: 20\05\2013.

Partindo do enfoque definido na pauta¹⁹, intenta-se recolocar a organização sociocultural-narrativa, mostrando que, conforme o projetado e os dados coletados, o coerente é dar maior força simbólica ao que contaram, revelaram, denunciaram, reclamaram os pacientes do sistema de saúde, os frequentadores do Parque Ecológico, os moradores das ruas esburacadas.

Desse modo, procura-se valorizar as fontes não-oficiais de informação, potencializando suas vozes, colocando-as em condição de protagonismo e criando uma ambiência simbólica de confronto e cobrança – que pouco aparece nos veículos midiáticos locais –, o que busca dialogar com os *jornalismsos comunitário, cívico, interiorano*.

Pré-pautas

Servem como reforço e, ao mesmo tempo, sustentáculo do *duo* pauta-matéria local, os exercícios de pré-pauta, que preconizam o que pode vir a ser um assunto digno de planejamento e, mais à frente, investigação jornalística. As atividades objetivam demonstrar de que modo se pode perceber esse estado semi-indicial, pois que antes mesmo se expor uma pauta “é bom reunir informações, impressões e organizar notas sobre o assunto a ser proposto. É preciso, por assim dizer, dar uma ‘alma’ jornalística ao tema a ser transformada em pauta” (FORTES, 2008, p. 80).

Fortes (2008, p. 81) divide o processo de captação de pré-pauta em observação (atenção aos detalhes), curiosidade (despertar do senso jornalístico), probabilidade (potencial noticioso) e pertinência (encadeamento informativo), passos que são expostos e depois cobrados dos acadêmicos.

As atividades de pré-pauta são feitas com os estudantes de *Reportagem e Redação I* – para reforçar-lhes a noção de interesse público, “faro jornalístico” e integração social – e *Técnicas de Reportagens e Entrevistas* (que enfoca

19. Incentiva-se que as turmas proponham suas próprias pautas, observando-se, no entanto, se as mesmas referem-se a assuntos noticiáveis, em que critérios de noticiabilidade se baseiam, se têm a ver com o interesse público e se, na medida do possível, trabalham com ocorrências factuais ou ainda não divulgadas pela mídia local.

os elementos iniciais do jornalismo) – a fim de despertar-lhes os aspectos mencionados num ambiente mais amplo que o da instituição universitária, antes ainda da elaboração dos primeiros textos jornalísticos.

Os exercícios consistem no recolhimento de um número de pré-pautas estipulado pelo professor, cada uma expressa resumidamente em uma ou duas linhas, seguida de justificativa sobre porque tem potencial de notícia (também possível pelo registro fotográfico de cenas que possam vir a ser indicativos de notícia). Os assuntos são socializados em sala de aula, problematizados acerca de suas fundamentações e recebem considerações dos acadêmicos, no sistema de construção coletiva e recíproca.

Algumas das pré-pautas compartilhadas pelos universitários: motivos das constantes quedas de energia elétrica em Santa Rita e medidas que autoridades vão tomar; registro de falta de higiene em mercados dos dois municípios (lixo em frente a estabelecimentos, prateleiras empoeiradas, expositores com marcas de sangue); repercussão de determinação legal de que carteiras de habilitação de motorista “tiradas” em Santa Rita devem ser buscadas em Mineiros\GO (município a 100 km de distância); possível falta de fiscalização na venda de carnes, em razão da constatação de sinais de falta de higiene e de equipamentos obrigatórios; temor de moradores de Alto Araguaia de que coloração amarelada da água cause doenças.

Outro formato de coleta de pré-pautas foi executado em 02 de abril com o 3º semestre, com concentração na praça da igreja católica matriz, no centro de Alto Araguaia, por volta das 19h, horário de início da aula de terça-feira, para explicações gerais e subsequente espalhamento da turma, em duplas, a pé, para, por um período de meia-hora, levantar assuntos potencialmente noticiáveis e, num terceiro momento, socializá-los com os colegas no mesmo local.

A noção de extensão da sala de aula foi bem encarada pelos universitários, que souberam se acomodar nos bancos que o lugar dispunha (metade ficou em pé), e o compartilhamento das pré-pautas acompanhado das ponderações discentes e docentes transcorreu de modo participativo.

Alguns dos assuntos anotados: falta de iluminação no Parque Ecológico de Alto Araguaia (que impossibilita presença de pessoas que querem fazer caminhadas e trabalham até o fim da tarde); inauguração de sorveteria que

comercializa produtos com sabores de frutas do cerrado (observação de que a abordagem teria que ser ampliada para as estratégias de ação do setor na cidade, a fim de evitar um material propagandístico); buracos abertos e com cerca de 1 (um) metro de profundidade em calçada de concessionária, colocando pedestres em risco.

Coletiva sob ângulo de repórter-cidadão

Na mesma perspectiva das atividades anteriores está a entrevista coletiva com o prefeito de Alto Araguaia, Jerônimo Samita Maia Neto (PR), ocorrida em 27 de março à noite, numa das salas de aula do curso de Comunicação da Unemat – organizada como atividade originária de *Reportagem e Redação II*, mas aberta a todo o curso, pois demonstrou como uma ocorrência costumeira para jornalistas pode converter-se em diferencial no aprendizado dos acadêmicos. Isso foi possível pelo tom empregado pelos estudantes à sessão de perguntas e respostas, crítico em relação à administração municipal e adverso ao da mídia local, que, neste caso, reproduziu texto da assessoria da prefeitura²⁰, segundo se esperava, confirmando o caráter oficial de sua cobertura jornalística.

Cerca de 50 estudantes do 1º ao 8º semestre estiveram presentes na coletiva, que se estendeu das 19h30 às 21h30 e teve inscrição de 20 pessoas, que indagaram o prefeito de quarto mandato²¹, sobremaneira quanto a problemas nas áreas social e de infraestrutura da cidade e da universidade. Entre eles: ponte estragada; posição da prefeitura sobre ameaça de migração de cursos da Unemat para outro *campus*; acidentes frequentes no município e rodovias próximas; terrenos sem escritura; inexistência de unidade pública para cuidar de “animais de rua”; mau atendimento e falta de equipamentos no hospital municipal; poucas

20. <http://www.andredafm.com.br/noticias/prefeito-de-alto-araguaia-participa-de-sabatina-com-alunos-de-jornalismo-da-unemat.html>. Acesso em: 19/05/2013.

21. Antes de ser eleito para o mandato de 2013 a 2016, Jerônimo Samita Maia Neto já esteve à frente da administração municipal nas gestões de 1993-1996, 2001-2004 e 2005-2008.

opções de lazer para a juventude; precária estrutura de saneamento; necessidade de mecanismos que tornem a administração mais transparente²².

O tom crítico também ficou expresso no modo como as perguntas foram feitas, num misto de cobrança e reivindicação, que se explica: pelo exercício do jornalismo a partir do olhar cidadão; por alguns excessos dessa condição, aproximando-se das perspectivas de morador da cidade e universitário; e pela confusão entre coletiva e reunião de denúncias à autoridade, pois parcela do público participava pela primeira vez de uma atividade semelhante.

O conjunto de indagações apontou para acadêmicos atentos ao que se passa ao seu redor mais imediato, ou seja, o local onde vivem, com seus problemas, demandas, dúvidas, preocupações, boas experiências e potencialidades. Colocaram-se, certo modo, como representantes da maior parte da população, que por inúmeros motivos não poderia estar na coletiva. Utilizaram-se da oportunidade para colocar em curso a função de externar perguntas que inúmeros moradores gostariam de ver respondidas.

Em suma, aproximaram-se do acordo tácito entre jornalistas e sociedade, alimentado pela confiança do segundo pólo quanto ao primeiro e que garante aos citados profissionais algumas concessões, tais quais “o acesso a informações de caráter público, o respeito ao sigilo de fontes, uma certa tolerância no caso de transgressões à privacidade de terceiros se houver interesse público relevante em jogo, o direito de fazer perguntas e cobrar respostas” (MARTINS, 2005, p. 33).

Contrato informal que se justifica moralmente e deontologicamente somente se baseado no objetivo de manter a população informada e não voltado para interesses particulares ou empresariais, vez que “No fundo, o direito do jornalista à liberdade de imprensa é apenas um reflexo do direito de a sociedade ser bem informada” (MARTINS, 2005, p. 34).

Político experiente, o prefeito passou em vários momentos da coletiva à fala calculada, ao silêncio mais que analítico, ao recuo de corpo, a solicitações apressadas à sua assessoria para que registrasse apontamentos. Chegou até mesmo

22. <http://focagen.wordpress.com/2013/04/01/maia-neto-admite-condicoes-precarias-do-municipio/>. Acesso em: 19/05/2013.

a tentar resolver durante a entrevista uma denúncia exposta numa pergunta (falta de pilha para ligar um aparelho médico no hospital municipal).

Nesse sentido, houve uma alteração na expectativa rotineira relativa à coletiva, posto que geralmente tal expediente jornalístico é apreciado por entrevistados e suas assessorias em razão do controle que se exerce sobre os perguntadores. É comum coletivas em que cada jornalista pode fazer um ou dois questionamentos somente. Também ocorre com frequência de nem todos os presentes terem espaço para efetuar perguntas, levando-se em conta o tempo de entrevista estabelecido pela organização. Além disso, é costumeiro entrevistados tergiversarem diante de indagações mais incisivas ou darem respostas monossilábicas, aproveitando-se do formato da coletiva, inúmeras vezes sem direito a réplica (LAGE, 2001, p. 76-77).

Também foi possível, a partir da dinâmica mencionada, que os estudantes percebessem a importância de ponderações relativas ao jornalismo voltado ao universo político, terreno marcado pela sedução do discurso, por embates ideológicos, pela proficuidade de denúncias de corrupção, projetos salvacionistas e pela abertura ao debate sobre políticas públicas.

Algumas dessas observações dizem respeito a princípios da *práxis* jornalística, como: a checagem e rechechagem de informações; a fundamentação de acusações; a obrigação de ir além das declarações; a atribuição de peso devido às declarações das fontes, equilibrando as informações levantadas; e a compreensão das lógicas de funcionamento de órgãos, setores, carreiras, profissões. Outras enveredam para a especificidade do campo político, entre elas o ceticismo proporcional à pompa do anúncio, a decifração de dados dúbios, escondidos ou camuflados, a capacidade de suspeitar de mentiras, contrainformações, deturpações, boatos e de se atentar aos jogos de aparências (DIMENSTEIN, 1990, p. 17-37).

Nas aulas seguintes apareceram vários sinais de que a experiência foi positiva. Em decorrência de uma espécie de avaliação sobre a atividade, soube-se de sua validade pela oportunidade de estar em contato direto com uma autoridade do município, e não na condição de ouvinte, mas de indagador. Ouviu-se, de outro, num gesto autoavaliativo, que faltou maior conhecimento acerca do entrevistado para que a sessão de perguntas tivesse melhores resultados. Além disso, os estudantes ressaltaram a variação de reações do convidado diante dos

questionamentos, demonstrando percepção quanto à complexidade e à sutileza do processo de obtenção de dados.

Universo local presente nas aulas

Nas aulas mais convencionais, expositivo-dialogadas, para se assegurar coerência com a perspectiva da cidade enquanto sala de aula ou universo em constante pesquisa, utilizam-se fatos e situações locais como parâmetros, exemplos para pensar os conteúdos das disciplinas. Isso se faz de inúmeras formas, buscando garantir naturalidade nas menções, como no registro dos nomes e características dos mercados, hospitais, hotéis, bairros, das feiras, secretarias, escolas, dos personagens típicos, funcionários públicos, padres, pastores.

O mesmo senso narrativo é estimulado junto às turmas, a fim de que despertem o teor analítico a partir de ocorrências palpáveis e/ou vividas, corroborando, também, para aventuras imaginativas permeadas por significâncias mezinhas.

Nessa esteira exercita-se a constituição e ou percepção de qual é a agenda da cidade, o que se configura por meio de dados coletados em visitas aos *sites* das prefeituras da região, acompanhamento dos noticiários televisivo e radiofônico, registro de informações obtidas pelos carros de som que passam pelos bairros, com colegas ou conhecidos que atuam no poder público, empresas e entidades do terceiro setor.

Dimensionando a listagem dos eventos, vislumbra-se um conjunto de informações noticiáveis, de potencial interesse público, contribuindo não só para o aperfeiçoamento da concepção jornalística como para o melhor reconhecimento das características do lugar onde se vive.

Cria-se, assim, pontes para o *jornalismo cívico* de Traquina (2001), de reorganização da agenda social e reprotagonização de atores sociais. Por consequência, estimula-se um questionamento, ainda que indireto, em relação à hipótese contemporânea da *agenda setting* – com suas capacidades de difusão, atração e direcionamento – (HOHLFELDT, 2007), pois que os meios midiáticos são enxergados como algumas entre tantas fontes de informação na cidade.

da universidade, e pela concatenação ou embate das situações experienciadas na captura de dados e o arcabouço conceitual da disciplina. Desse modo estimula-se criticidade e autonomia na construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, valorizam-se assuntos do ambiente local na medida em que se debatem e se mostram suas relações com o interesse público.

Considerações

Espera-se que com esta reflexão acerca do jornalismo – de concepção social, embutida numa comunicação dialógica e associada a uma perspectiva de educação enquanto meio de análise crítica e transformação da realidade – se esteja contribuindo com o quadro conceitual das Ciências da Comunicação. Entende-se que uma das formas de se corroborar para o acúmulo, a estruturação, a amplitude e o aumento de laços acadêmicos de um campo do conhecimento é por meio da partilha de experiências, das metodologias que as possibilitam e dos ideários que as sustentam.

Compreende-se que dessa forma se fortalecem a validade e aplicabilidade de epistemologias calcadas no humanismo, na percepção da multiplicidade de saberes, na existência social e simbólica de caráter acolhedor, tolerante, participativo, propositivo, democrático e solidário. Fortalece-se, assim, passo a passo, a construção de um novo paradigma, baseado num modo de viver que substitua a competição fratricida pela aliança fraterna, o consumismo pela justa medida, o dogma da descartabilidade pela ética da sustentabilidade, como consta dos princípios da *Economia Solidária* (SINGER, 2002). Fundado não na velocidade transmissiva da sociedade da informação, pautada pelos imperativos do tecnicismo e da obrigatoriedade de inclusão digital, contudo na busca consciente de uma sociedade da comunicação, propícia para a coabitação, o respeito à alteridade e o reequilíbrio mental-espiritual (WOLTON, 2006).

Espera-se, também, com as problematizações assinaladas neste artigo, incluindo a perspectiva de um ensino de jornalismo potencializado por um olhar local e de concepção social, intensificar o debate acerca da formação profissional para quem trabalha com notícia. Pois para além de uma instância reprodutora

de formulações consagradas, a universidade corresponde a um espaço privilegiado para elaborações múltiplas, de caráter revisor, complementar, inovador e transformador, devendo estimular o espírito crítico, fortalecer os laços comunitários e contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, como bem aponta Vieira (2002, p. 13).

Da mesma forma, ao promover uma *práxis* universitária que, por sua natureza de concepção e ação, questione o noticiário local e seja crítico à administração municipal, acredita-se estar mostrando que o ambiente de trabalho jornalístico precisa ser enxergado como um espaço onde se deve fazer jornalismo de fato, driblando-se a censura, evitando-se a autocensura e promovendo uma disputa pública em nome do interesse público, mesmo que se trate de um universo eivado de deformações profissionais, ideológicas e de concentração de poder, que ainda hegemoniza o quadro geral.

Sabe-se que o exercício dessa postura não se dá de modo tranquilo, sem confrontação, e que muitas vezes depende de flexibilidade no manejo da técnica e do ideário, entretanto se a formação acadêmica não vislumbra a utopia nem fornece subsídios e ferramentas para sua viabilização, pouca serventia terá para a edificação de “outra comunicação possível” ou de “outra sociedade possível”.

Nesse sentido, se apercebe que a pedagogia fundamentada no olhar local de viés social, ainda que gradativamente, gera frutos, colocando em cheque uma visão de mundo genérica, ingênuo, preconceituosa e padronizante, que até poucos anos ou meses orientava vários estudantes. Essa constatação pode ser notada nas leituras mais críticas sobre a realidade circundante, na intensidade com que as turmas interagem com as disciplinas ligadas ao processo noticioso (tanto no entusiasmo quanto na frustração pelo encaminhamento de uma cobertura) e no entabulamento mais perspicaz dos diálogos acadêmicos.

Por fim, espera-se com o desenvolvimento de técnicas educativas como as mencionadas – de estímulo à reflexão, à criticidade, à percepção sensitiva e ao senso de cidadania –, estar corroborando para a ampliação e o fortalecimento de um sistema cognitivo de caráter humanístico, que envolva concepção, planejamento, execução, retrabalho e socialização, tal qual uma tecnologia social.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, R. (1990). *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Com-Arte; Editora Da Universidade de São Paulo.
- CARÊS, L. C.; TENTOR, S. B. (2004). *Ambientes de aprendizagem*. Bauru: EDUSC.
- DIMENSTEIN, G. (1990). Apontamentos. In: DIMENSTEIN, G.; KOTSCHO, R. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus.
- DINES, A. (1986). *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus.
- DORNELLES, Beatriz (2004). *Jornalismo “Comunitário” em cidades do interior*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- ERBOLATO, M. (2004). *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5. ed. São Paulo: Ática.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. (2007). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Vitória.
- FORTES, L. (2008). *Os segredos das redações – o que os jornalistas só descobrem no dia a dia*. São Paulo: Contexto.
- FREIRE, P. (2005). *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. IN HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). (2007). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.

JUNIOR, M.; PONTE, J. R. *Lugar de repórter ainda é na rua: o jornalismo de Ricardo Kotscho*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial.

KELNNER, D. (2001). *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC.

LACHOWSKI, G. L. (2012). *Plano de ensino de Técnicas e Reportagens e Entrevistas*. Alto Araguaia: Unemat.

LACHOWSKI, G. L. (2013). *Plano de ensino de Reportagem e Redação I*. Alto Araguaia: Unemat.

LAGE, N. (2002). *Estrutura da notícia*. 5. ed. São Paulo: Ática.

LAGE, N. (2001). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record.

MARTINO, L. C. De que comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). (2007). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 7. ed. – Petrópolis: Vozes.

MARTINS, F. (2005). *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto.

MORAES, D. (2011). *Vozes abertas da América Latina – Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj.

NOBLAT, R. (2008). *A arte de fazer um jornal diário*. 7. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto.

PENA, F. (2007). *Teoria do jornalismo – 2. Ed. 1ª reimpressão* – São Paulo: Contexto.

PEREIRA JUNIOR, L. C. (2006). *Guia para a edição jornalística*. Rio de Janeiro: Vozes.

ROVAI, R. (2007). *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil.

SINGER, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SOARES, L. E.; MV. BILL.; ATHAYDE, C. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

TÓFOLI, L. (2008). *Ética no jornalismo*. Petrópolis: Vozes.

VIEIRA JÚNIOR, A. (2002). *Uma pedagogia para o jornal-laboratório*. Tese. São Paulo: ECA-USP.

WOLTON, D. (2006). *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus.